



REDES SOCIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE: O FACEBOOK E O WHATSAPP COMO AMBIENTE DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL ACESSÍVEL PARA ALUNOS SURDOS

SOCIAL NETWORKS AND TEACHER TRAINING: FACEBOOK AND WHATSAPP AS ENVIRONMENT OF EDUCATION ACCESSIBLE FOR DEAF STUDENTS

Mariane Della Coletta Savioli Garzotti de Araujo (Universidade do Oeste Paulista/Unoeste – mariane.aee@gmail.com)

Raquel Rosan Christino Gitahy (Universidade do Oeste Paulista/Unoeste - raquel@unoeste.br)

Valéria Isaura de Souza (Universidade do Oeste Paulista/Unoeste - valeriaisouza@yahoo.com.br)

Adriana Aparecida de Lima Terçariol (Universidade do Oeste Paulista/Unoeste - atercariol@gmail.com)

Resumo:

O docente do ensino regular, que possui aluno com surdez, deve conhecer e fazer uso da língua da comunidade surda, para que haja a inclusão e não somente a integração do surdo no ensino. Este artigo, é foco de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, tendo como objetivo analisar uma experiência de formação continuada de docentes quanto a Língua Brasileira de Sinais e a inclusão do aluno surdo, a partir das interações nas redes sociais. Seu referencial teórico está embasado em Quadros e Schmiedt (2006), Sartoretto e Bersch (2010), Hessel; Hardagh; Silva e Allegretti (2012), Mantoan (2004), Manzini e Deliberato (2006; 2010), Ropoli; Mantoan; Santos e Machado (2010), Valente; Moran e Arantes (2010). A metodologia de pesquisa é qualitativa do tipo intervenção, pois o pesquisador foi agente da pesquisa e ação. Foram participantes da formação trinta e dois docentes, que estiveram conectados e pertenceram aos grupos fechados do Facebook e WhatsApp intitulados Curso Libras Fateb 2015. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a observação das interações nos ambientes a fim de conhecer a visão dos docentes quanto ao uso das redes sociais no processo de ensino e aprendizagem acessível. Far-se-á a análise dos resultados, a partir das seguintes categorias: facilitador conceitual; contador de histórias; guia reflexivo; e habilidades sociais de comunicação.

Palavras-chave: Formação docente, redes sociais, inclusão, acessibilidade e ensino de alunos surdos.

Abstract:

The faculty of education, which has student with deafness, should know and make use of the language of the deaf community, for which there is inclusion and not only the integration of deaf in education. This article, is the focus of research in the Graduate Program Master of Arts in Education of the University of São Paulo - Unoeste, having as objective to analyze the experience of continuous education of teachers as the Brazilian Sign Language and the inclusion of deaf students, from the interactions in social networks. Its theoretical framework is based on Quadros and Schmiedt (2006), Sartoretto and Bersch (2010), Hessel; Hardagh; Silva and Allegretti (2012), Mantoan (2004),





Manzini and Deliberato (2006; 2010), Ropoli; Mantoan; Santos and Machado (2010), Valente; Moran and Arantes (2010). The research methodology is qualitative of the kind intervention because the researcher was agent of research and action. Were participants of the training thirty and two teachers, who have been connected and belonged to closed groups from Facebook and WhatsApp entitled Course Fateb Libras 2015. As data collection procedure, was used to observe the interactions in environments in order to meet the vision of teachers regarding the use of social networks in the process of teaching and learning accessible. There will be an analysis of results from the following categories: conceptual facilitator; story tellers; reflective guide; and social skills of communication.

Keywords: Teacher training, social networks, inclusion, accessibility and teaching of deaf students.

1. Introdução

Dentre as transformações educacionais do século XXI, principalmente na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiências, observa-se a necessidade dos professores em conhecer novas modalidades de comunicação e para que haja a inclusão do aluno com surdez, devam conhecer e fazer uso da Língua Brasileira de Sinais, a Libras. Com a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5626/05 ficou estabelecido e claro, que a Libras é a língua principal das comunidades surdas brasileiras.

Pensando na necessidade de que o docente deve ter uma formação continuada na área da inclusão, destaca-se a possibilidade do uso das tecnologias digitais da informação e de comunicação (TDIC), na área de inclusão quanto ao ensino da Língua Brasileira de Sinais, a partir das interações nas redes sociais Facebook e Whatsapp e a acessibilidade de alunos surdos a partir destes meios.

Com o rompimento de limites de interatividade e aprendizados chegamos às redes, que abrem imensuráveis possibilidades de transformação e mudança. Com maior consciência da complexidade e das possibilidades de ganho com interação, o universo do humanismo se expande em nossa mente. A educação pode ser ainda mais vivida em sua totalidade biopsicossocial. (ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI, p.11, 2014)

É importante salientar que, apesar de trabalhos para a promoção da inclusão, o uso da Libras para a comunicação e ensino de alunos com surdez no ambiente escolar ainda é uma temática que inquieta os docentes. Sobre o paradigma da inclusão ao longo dos anos tem-se buscado a não exclusão escolar, propondo-se ações que garantam o acesso e permanência do Estudante Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE) nas escolas de ensino regular. Vê-se, portanto, a necessidade do uso de novos recursos e estratégias capazes de fornecer acessibilidade aos alunos com deficiências.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vem pautar como devem acontecer as inclusões de alunos com deficiências no ensino regular em artigos da Constituição Federal do Brasil e por meio de outras Leis Federais, tais como, além da Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, também o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que dispõem de forma clara sobre o assunto.

A respeito do processo educacional de pessoas com deficiências, incluindo as





legislações que trouxeram avanços e retrocessos para que ocorresse o direito à inclusão destes no ensino regular, surge a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, que define o "tratamento especial" aos EPAEE, e assim, reforçou o encaminhamento desses alunos para as escolas e para as salas especiais (SARTORETTO, 2010).

Mantoan (2004) ressalta, mesmo diante das dificuldades de inclusão de alunos com deficiência e do despreparo escolar, que é função da escola e do professor proporcionar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, de forma que atenda as especificidades de cada aluno. Ou seja, ao invés de punir esses alunos, por não atingem os objetivos, deve-se auxiliá-los a alcançar, ou seja, a escola deve propor meios acessíveis para que desenvolvam a aprendizagem.

No Brasil, é assegurado aos alunos, pelos sistemas de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, o currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades específicas educacionais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares (1999), afirmam que para se constituir a escola inclusiva, é necessária:

[...] uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecendo ampla diversidade. (BRASIL, 1999. p.17).

É importante salientar que, o Plano Nacional de Educação, ou seja, o PNE, que é a Lei 10.172/2001, há o destaque da construção da escola inclusiva que garanta o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências.

Também com grande repercussão no ensino, é promulgado pelo Decreto nº 3.956/2001 em 1999, a Convenção de Guatemala, que reinterpreta a educação especial e tem o intuito de eliminar as barreiras de acesso à educação inclusiva. Neste instante, a Resolução da CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, dando ênfase à formação voltada para o ensino na perspectiva da educação inclusiva.

Implementado o Programa Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação (MEC), em 2003, com o objetivo de garantia da acessibilidade, quer dizer, mais um programa que requer acesso ao ensino aos alunos com deficiências.

Objetivando complementar o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, com o intuito de fortalecer o ingresso e o acesso de alunos com necessidades especiais no ensino comum. Portanto, vale ressaltar, a importância de que a escola, assim como, toda a sociedade, realize adaptações e adequações de recursos e estratégias de ensino que garantam o acesso do aluno com deficiência no ensino.

Afirmam, Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010), "a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas." Torna-se necessária a implementação da capacitação e da formação continuada de professores, a fim de definir novas práticas pedagógicas coerentes com a escola inclusiva.

Manzini e Deliberato (2006), corroboram, que o profissional da educação, tem papel importante a desempenhar, porque dependem dele as estratégias de recursos no ensino e





acessibilidade de alunos com deficiências.

Enfrenta-se a dificuldade na disponibilidade de horários dos docentes para investirem na formação continuada, e além dos baixos salários, necessitam enfrentar exaustivas jornadas de trabalho, assim como, a dificuldade no manuseio de alguns ambientes virtuais, que demandam formações para seu uso, causando a desistência e evasões dos cursos de formação de professores. Assim, este artigo, propõe discutir e analisar o uso das redes sociais, o Facebook (web 2.0) e o WhatsApp (web 3.0) como ferramentas para o ensino colaborativo da Libras na formação permanente de docentes e o acesso ao conhecimento que ambos propõem, pois a partir, do fácil manuseio destes ambientes, conhecidos e utilizados pelos docentes participantes da formação, assim como a velocidade de interação e ensino colaborativo que estas ferramentas propõem, tornam o ensino e aprendizagem mais prazeroso, fluindo de maneira espontânea.

1.1. Aspectos metodológicos

O presente artigo, tem como natureza, a metodologia qualitativa de intervenção - ação, isso pois o caminho que foi percorrido nesta pesquisa requereu uma investigação científica que não se preocupou com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo, neste o grupo de docentes e educadores em formação continuada em um curso de extensão que contou com o uso das redes sociais Facebook e Whatsapp como meio de realização de estudos, pesquisas e atividades do curso.

Intervenção – ação, pois o sujeito da pesquisa foi integrante e formador no curso. Minayo (2001) assevera que, a metodologia qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os dados da pesquisa são coletados por meio da observação e análise das interações realizadas nos grupos, por meio das redes sociais Facebook e whatsapp, sendo entre elas, interações e discussões reflexivas sobre o tema e conteúdo, assim como, em grande parte pelo whatsapp, algumas atividades práticas em Libras, por meio de vídeos compartilhados com os colegas cursistas do curso.

A análise dos dados será realizada por meio das seguintes categorias: guia reflexivo; mediação compartilhada; contador de estórias e habilidades sociais de comunicação. Será analisada a eficiência educacional que tanto o Facebook, quanto o WhatsApp, possuem, afim de tornar o ensino mais acessível aos alunos com surdez.

1.2. Aspectos teóricos

A língua de sinais, por ser a língua que permite a comunicação, interação, participação social pelas comunidades surdas brasileiras, também atua na emancipação da pessoa com surdez, pois por meio dela, os surdos podem de forma colaborativa serem ativos na sociedade. Quadros e Schmiedt (2006, p. 15), sobre a Libras, “é a Língua que é o meio e o fim da interação social, cultural e científica da comunidade surda brasileira, é uma língua visual-espacial.”

Dessa forma, a escola deve ser consciente ao disponibilizar e utilizar em seus





espaços para língua de sinais, afim de que os estudantes com surdez tenham avanços em sua aprendizagem de forma significativa.

Devemos considerar os direitos linguísticos das pessoas surdas, compreendendo que a Língua Brasileira de Sinais, é a língua natural dos surdos, e que possui estruturas gramaticais próprias no Brasil, como qualquer outra língua (LODI, 2012).

Os docentes, assim como, os demais profissionais da educação, devem entender que o acesso à educação deste tipo de estudante, se faz de maneira adequada às suas peculiaridades, e assim, as transformações educacionais devem acontecer.

Portanto, as legislações atuais devem ser cumpridas, de forma que as instituições de ensino regulares, principalmente, públicas, estejam devidamente estruturadas, com profissionais capacitados, afim de que o surdo seja capaz de desenvolver a sua autonomia, e possa no futuro estar preparado para enfrentar os desafios sociais, profissionais e educacionais.

Os estudantes com surdez nas séries iniciais, normalmente, não possuem domínio da Libras. Muitas vezes, a escola também não possui uma pessoa, devidamente capacitada para proporcionar o ensino da LIBRAS, assim como o incentivo cultural e acadêmico necessários para este estudante. Isso num contexto atual escolar, o que desfavorece a fluência na sua língua materna, e conseqüentemente, sua inclusão social.

O Plano Nacional de Educação, ou seja, o PNE, que é a Lei 10.172/2001, traz o destaque da construção da escola inclusiva que garanta o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiências.

A Convenção de Guatemala é promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, repercutindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas com Deficiências, de forma expressa no ensino, no ano de 1999. Essa convenção reinterpretou a educação especial com o objetivo de eliminar a barreiras de acesso à educação inclusiva. A Resolução da CNE/CP nº 1/2002, nessa mesma perspectiva, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

No ano de 2003, o Ministério da Educação (MEC), implementa o Programa Educação Inclusiva, garantindo a acessibilidade. No ano seguinte, o Ministério Público Federal publica o documento que garante a inclusão e o Acesso de Estudantes com Deficiências nas Escolas e Classes Comuns.

Objetivando promover o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida para a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00. Até 2005, foram implantados os núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação, o NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal.

O Decreto nº 6.094/2007 é publicado para complementar o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), com o intuito de fortalecer o ingresso e o acesso de estudantes com necessidades especiais no ensino comum.

O processo de inclusão do estudante com surdez, apresenta diferentes dificuldades, dentre as principais, está a falta de formação de docentes para o uso da Língua Brasileira de Sinais nas interações educacionais e comunicação com o estudante surdo.

Hessel et al. (2012, p. 59), afirma sobre a importância de suas pesquisas acerca das redes sociais na educação:

O uso das redes sociais tem se intensificado, pois cresce a cada dia o número de usuários que querem estar conectados e gostam de compartilhar todo tipo de





informações e materiais digitais. As redes se expandem e são alocadas para o fazer, para uso social, para uso comercial, para a cultura, para a educação etc. Nesta área – a educação – as experiências estão se proliferando e os educadores têm interesse em conhecer aspectos funcionais e vantagens pedagógicas.

Também sobre o uso da internet como meio de interação educacional entre os estudantes, com o intuito de construção do conhecimento, asseveram Valente e Moran (2010),

No entanto, a interação com as pessoas e com os objetos do meio tem sido substituída por “acesso” à informação, usando para isso, por exemplo, os recursos tecnológicos. O simples fato do estudante navegar na web tem sido entendido como uma oportunidade de interagir com a informação e, conseqüentemente, de construir conhecimento (VALENTE & MORAN, p. 24-25, 2010).

Observa-se a necessidade de implementar a educação de forma a assegurar a compreensão, aproximando os estudantes e os docentes da realidade. O ensino precisa ser motivador, atrativo, mas também precisa ser planejado, sistematizado e direcionado para que as TDICs possam servir de recursos e estratégias que aproximem o aluno, assim como o educador, do saber no século XXI.

2. Desenvolvimento da pesquisa

A formação continuada de docentes para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS, foi elaborada com o objetivo de que os cursistas pudessem adquirir conhecimentos teóricos e práticos, visando ao atendimento da pessoa com surdez em todo e qualquer setor educacional, propondo melhores condições de acessibilidade ao ensino desse alunado. Essa formação também propôs difundir a Libras em nossa sociedade como forma de inclusão da pessoa com surdez.

A oportunidade do uso das Redes Sociais, como espaços formativos, de fácil manuseio, surgiu por já serem bastante utilizadas pelos docentes em formação.

Tem se intensificado, o uso das redes sociais, pois cresce a cada dia o número de usuários que querem estar conectados e gostam de compartilhar todo tipo de informações e materiais digitais.

Portanto, há a cada uma expansão das redes sendo objetivadas para diferentes fins, tais como: para o fazer, para uso social, para uso comercial, para a cultura, para a educação etc.

Para oportunizar, diferentes estratégias de ensino e para propor acessibilidade aos alunos surdos, foi então realizado um curso de extensão de LIBRAS, ministrado por uma faculdade do interior de São Paulo, com a carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, sendo previstas 90 horas presenciais e 90 horas virtuais, distribuídas por meio das Redes Sociais, Facebook e o WhatsApp.

Entre os meses de abril a dezembro de 2015, desenvolveu-se a formação, e se estendeu apenas, virtualmente, até o mês de março de 2016. Foram ofertadas, 35 vagas para docentes, dos municípios da região de Birigui e Araçatuba, dentre eles: Clementina, Bilac, Penápolis e Guararapes. Permaneceram durante toda a formação 32 cursistas,





profissionais envolvidos com a educação regular, que foram participantes até dezembro de 2015 do Curso de Extensão de LIBRAS Fateb.

Permaneceram no curso, os seguintes profissionais envolvidos com a área da educação: professores da educação infantil, professores do ensino fundamental de 1º ao 5º ano e de 6º ao 9º ano, professores do ensino médio, assim como coordenadores, estagiários, psicólogo, policiais do PROERD¹, profissionais e estudantes de cursos de Pedagogia, surdos e demais profissionais que atuavam de forma direta e indireta com o ensino regular.

As atividades do curso foram realizadas, de forma presencial e virtual, por meio de dois grupos, sendo um deles criado no Facebook intitulado “Grupo LIBRAS Fateb 2015”, enquanto o outro foi viabilizado pelo Whatsapp intitulado também de “Curso LIBRAS Fateb 2015”. Para aprovação e certificação, houve a necessidade do aproveitamento de no mínimo 70% de frequência da carga horária total do curso e da participação nas atividades propostas. O Intuito, do uso do Facebook e do WhatsApp foi propiciar uma formação com recursos e estratégias diferenciadas, afim de capacitar os docentes para o uso destes recursos, e também oferecer acessibilidade comunicacional e de participação ativa pelas Web 2.0 e 3.0.

Almejou-se, que o estudante surdo pudesse, por meio da Língua Brasileira de Sinais, ter uma educação de qualidade com professores previamente preparados para comunicar-se com os mesmos, oferecendo-lhes um ensino voltado a sua aprendizagem, seu intelecto, envolvendo-o culturalmente, bem como lhe proporcionando a participação efetiva em todos os momentos de aprendizagem escolar.

Houve a participação de estudantes surdos, estudantes de cursos de graduação para formação de professores, dentre eles: Pedagogia e Artes Visuais e outros profissionais surdos, fluentes em LIBRAS, afim de que pudessem proporcionar uma melhor capacitação e fluência na língua.

Foi realizada a observação e análise das interações durante toda a formação, por meio das redes sociais. Ocorreram interações e discussões reflexivas sobre o tema e conteúdo, além de postagens de vídeos realizados pelos estudantes durante as atividades práticas e interativas.

3. Resultados

Compartilhadas postagens pelos alunos, tais postagens eram relacionadas às categorias de análise, como a categoria “facilitador conceitual” em que o aluno postava curiosidades, livros, filmes, reportagens, artigos a respeito da Libras. A categoria “contador de estórias”, em que o docente contava sobre as experiências com o uso e ensino da Língua de Sinais que estavam tendo com seus estudantes nas escolas. A categoria “habilidades sociais de comunicação”, nos momentos de treino e dinâmica de Libras por meio do WhatsApp nas interações com os alunos surdos, e por fim, a categoria “guia reflexivo”, em que se discutiu pontos relevantes e teóricos na concepção e uso da Língua de Sinais Brasileira no desenvolvimento educacional e social dos alunos surdos.

Entre as atividades e interações práticas por meio das redes sociais, realizadas e analisadas por meio da categoria “habilidades sociais de comunicação”, ou seja, as

¹ Programa de educação preventiva ao uso de drogas, que tem por objetivo evitar que crianças e adolescentes iniciem o seu uso.





atividades e interações práticas, principalmente pelo WhatsApp, desencadeadas, colaborativamente, nas quais o professor formador, surdos e professores cursistas puderam colocar em prática suas habilidades e aprendizado prático de LIBRAS. As atividades desenvolvidas pelo WhatsApp, foram as seguintes: Qual é a música em LIBRAS?; Qual é a frase?; Qual a brincadeira?; Piadas e histórias em LIBRAS; Memorex-LIBRAS; Discussão de dúvidas e diálogos para a apresentação de teatro e música em LIBRAS, estes últimos, propostos como trabalho de conclusão do curso.

A Figura 1 exemplifica, uma dinâmica realizada para que o docente pudesse praticar Libras com o surdo:



Figura 1: Cursistas realizando questionamentos, dinâmica “Memorex-Libras”, por meio de vídeo no WhatsApp.

Fonte: Arquivo do próprio dispositivo móvel.

Verifica-se, aqui, por meio dos vídeos compartilhados entre o surdo e o docente cursista as interações, analisadas pela categoria “habilidades sociais de comunicação”, em que o docente pode colocar em prática seu conhecimento sobre a Libras. Nesta categoria, os docentes percebem a importância do uso de aplicativos móveis que facilitam o ensino, a comunicação e a acessibilidade que proporcionam ao surdo. Isso, por meio do aplicativo em que se pode gravar vídeos para comunicar-se e explicar algumas situações, o docente cursista percebe que a tecnologia digital móvel além de ser uma ótima ferramenta para o ensino prático, como é o de Libras, também possibilita acessibilidade ao aluno com surdez, que necessita do recurso visual e do uso da Língua de Sinais para compreender e comunicar-se com os demais indivíduos.

A categoria “guia reflexivo”, aconteceu por meio do Facebook, em que as atividades, diálogos e compartilhamento de ideias, aconteceram em torno de postagens, a partir de situações e dinâmicas como: atividades a partir de vídeos e textos reflexivos para debater. Durante os debates pelo Facebook, houveram compartilhamentos de reflexões que



realizados pelos professores cursistas de forma a desenvolver e construir o conhecimento sobre Libras e a identidade surda.

Os vídeos, como acessibilidade aos alunos com surdez, traziam a janela de interpretação. O que facilitou a compreensão e participação dos alunos surdos cursistas.



Figura 2: Reflexões colaborativas, a partir de um vídeo aula “O Status de Língua da Libras”, pelo Facebook. Nota-se a janela de interpretação de Libras
Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>

Aqui pode-se vislumbrar que a partir de videoaulas e textos informativos, os alunos debatem e dialogam sobre o assunto de maneira colaborativa, refletindo e construindo o conhecimento. Importante, foi perceberem, que a videoaula, além de trazer informações importante e interessantes sobre a Libras, também traziam a interpretação por meio de janelas, o que promoveu acessibilidade ao surdo cursista.

Os docentes participantes da formação, postavam de forma colaborativa, a indicação de artigos e reportagens importantes sobre temas que estavam sendo estudados, como por





exemplo, legislações e Projetos de Lei que afirmam a necessidade da inclusão de alunos surdos e da importância do uso da Libras como meio de acessibilidade comunicacional e de aprendizagem aos alunos com surdez. Nesta categoria, é analisada a participação colaborativa como “facilitador conceitual”. Após a postagem, todo o grupo realiza o debate sobre o uso de Libras nas escolas.



Figura 3: Indicação colaborativa de cursista sobre Projeto de lei que inclui Libras na grade curricular das escolas municipais em PiauÍ.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>

Por meio das postagens da categoria “facilitador conceitual”, o entendimento e a compreensão dos conteúdos, eram facilmente sistematizados e construídos colaborativamente com os docentes cursistas.

Na categoria “contador de histórias”, os docentes cursistas, podiam expor suas experiências com o uso da Libras nas escolas em que atuavam, com o intuito de trocarem e compartilharem suas vivências com a língua de sinais. Foram experiências importantes, pois a partir destas, outros educadores das escolas, também se interessaram pela Libras e puderam compreender a importância dela para o desenvolvimento do aluno com surdez.

A seguir a experiência de uma das docentes cursistas, em uma escola pública em que



atua, contando a experiência, por meio de um vídeo, postado no grupo de WhatsApp “Libras Fateb 2015”, de comunicação por meio da Libras Tátil com uma aluna surdocega.



Figura 4: Experiência Compartilhada, elaborada por docente/cursista com seus alunos em uma escola pública. Aqui ela interage, na escola, com surdocega, afim de mostrar a importância do uso da Libras na comunicação e acessibilidade.

Fonte: Arquivo do próprio dispositivo móvel.

Essa experiência pode abrir horizontes, inclusive dos demais educadores da escola em que a mesma atua, a fim de mostrar a importância do uso da Libras para acesso ao ensino e à comunicação dos surdos.

Houveram resultados satisfatórios, tanto em termos da compreensão da Libras, assim como a sua utilização e melhor fluência da língua mediante a interação entre os sujeitos. Conclui-se que, a formação realizada por meio das redes sociais, além dos encontros presenciais, propôs melhor capacitação, interação com a cultura surda e com a Libras, tornando o espaço escolar, em que cada um dos educadores cursistas atua, um espaço mais inclusivo e de maior qualidade educacional aos alunos com surdez.

As interações por meio da Web 2.0 e da Web 3.0, ou seja, pelas redes sociais, Facebook e WhatsApp, foram relevantes, pois puderam capacitar e proporcionar aos professores, a inclusão digital, importante passo para acompanhar o desenvolvimento





tecnológico, principalmente para sistematização do conhecimento, proporcionando um ensino incentivador aos discentes, hoje, considerados nativos digitais. Relevante também, pois as redes sociais e demais mídias digitais, proporcionam acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiências, pois apresentam aspectos que os tornam autônomos e participantes ativos de sua aprendizagem. Entretanto, isso, só é possível, se o educador estiver preparado e “aberto” para o uso dos recursos midiáticos, assim como, das redes sociais, de forma ética, consciente e planejada.

4. Considerações finais

A experiência obtida por meio da pesquisa em andamento, nos leva a concluir, que é possível propor uma formação continuada aos professores que atuam nas classes comuns do ensino regular, mediante as ferramentas da Web 2.0 e Web 3.0, ou seja, pelas redes sociais como espaços formativos de fácil manuseio, e por já serem bastante utilizadas pelos docentes.

Após ter sido realizada a análise do curso, que aconteceu por meio metodologia qualitativa, do tipo intervenção-ação, diante das análises das estratégias metodológicas nas dinâmicas práticas e interações ocorridas nas redes sociais Facebook e WhatsApp, concluiu-se que, os participantes obtiveram uma proximidade com a Língua Brasileira de Sinais, de forma espontânea, pois puderam vivenciar experiências compartilhadas. Foi possível constatar, por meio das atividades desenvolvidas, em que, através de guias reflexivos, em que os alunos puderam, após assistirem a vídeos ou realizarem leituras de artigos e textos, que contam sobre a história do surdo, a educação de pessoas surdas e sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais, fez com que os docentes pudessem compreender sobre a importância de haver a inclusão de alunos surdos no meio educacional, assim como na sociedade global, promover a oportunidade de estarem incluídos.

Observou-se a aprendizagem da Libras, por meio das postagens realizadas pelos cursistas, contando as experiências no uso da língua, por eles realizadas com seus alunos e em sala de aula, além das experiências por meio de dinâmicas práticas ocorridas pelo WhatsApp, em diálogos com os alunos surdos, os docentes cursistas puderam pôr em prática o conhecimento obtido com a Língua Brasileira de Sinais.

O uso das redes sociais, proporcionou aos cursistas, maior interesse, disponibilidade e autonomia pelas interações, o que propiciou um aprendizado sistemático da língua. Também por meio das interações, houveram o conhecimento da cultura e do cotidiano vivenciado pelo surdo. Assim, os docentes participantes da formação puderam compreender a realidade educacional e social que o aluno surdo enfrenta.

Muito já foi realizado em relação à inclusão dos surdos nas escolas da rede pública regular, entretanto, ainda existem muitos desafios a serem superados. Pois é necessário haver mudanças e conscientização dos educadores e das escolas de forma geral frente a essas diferenças, mudanças de metodologias e estratégias que sejam adequadas, numa perspectiva de Escola Inclusiva, garantindo o acesso, a participação e permanência dos estudantes surdos nas escolas.

Deve ser oportunizado aos alunos com surdez, a autonomia e independência na sua vida escolar e social.





Notou-se, por meio das postagens e experiências contadas pelos cursistas, que os mesmos já assimilaram e também fazem uso da Língua de Sinais e que principalmente compreenderam a importância de proporcionar acessibilidade através das redes sociais e das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação na inclusão de alunos com surdez, eram esses, os maiores objetivos da formação.

5. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI – COORDENADORIA EDUCACIONAL. **A Arte da educação habilidosa: práticas educacionais com base no humanismo Ikeda**. Editora Brasil Seikyo. São Paulo, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2.001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**.





BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.**

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002; 181o da Independência e 114o da República, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.**

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 184o da Independência e 117o da República. Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação:** subsídios para a e gestão dos sistemas educacionais- orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEEP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2007.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado** - Pessoa com Surdez. MEC/SEESP. São Paulo, 2007.

HESEL, A. M.; HARDAGH, C. C.; SILVA, J. E. & ALLEGRETTI, S. M. M. **Aprendizes na Redes Sociais Virtuais:** o potencial da conectividade em dois cenários. Revista CET REGIET, v. 2, p. 53-60, 2012. Disponível em: <http://revistacontemporaneidadeeducacaoetecnologia.wordpress.com>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser diferente na escola.** Revista CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004.

MANZINI, José Eduardo, DELIBERATO, Débora. **Portal de Ajudas Técnicas Para Educação Equipamento e Material Pedagógico Especial Para Educação, Capacitação e Recreação da Pessoa com Deficiência Física.** Brasília – DF, MEC/SEESP, 2006.

MANZINI, José Eduardo; DELIBERATO, Débora. **Tecnologia Assistiva** : Enfocando a Educação. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.





MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, p.09-29, 2001.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. MEC, SEESP. Brasília, 2006.

ROPOLI, MANTOAN, SANTOS E MACHADO, Edilene Aparecida, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos e Rosângela. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva**. Brasília, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar e os recursos pedagógicos assistíveis e Comunicação Aumentativa Alternativa**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cassia Reckziegel. **Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2010.

VALENTE, J. A.; MORAN, J. M. & ARANTES, V. A. (Org.). **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. São Paulo. Editora Summus, 2010.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Editora WVA. Rio de Janeiro, 2007.

